

**A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS DESDE 1990:
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

Norma Breda dos Santos
Universidade de Brasília

(...) com a mão firme segura a esferográfica e acrescenta uma palavra à página, uma palavra que o historiador não escreveu, que em nome da verdade histórica não poderia ter escrito nunca, a palavra Não, agora que o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa, assim está escrito e portanto passou a ser verdade, ainda que diferente, o que chamamos falso prevaleceu sobre o que chamamos verdadeiro, tomou o seu lugar (...).¹

Na **História do cerco de Lisboa**, Raimundo Silva altera a narrativa da reconquista da Península Ibérica pelos cristãos. O revisor acrescenta um não à frase do historiador “Os cruzados auxiliarão os portugueses a tomar Lisboa”. Ou seja, em 1147, os cruzados não auxiliarão os portugueses a retomar Lisboa. O Cerco de Lisboa, dos grandes feitos na memória histórica lusitana, é alterado pelo revisor sem mais nem por quê. Raimundo Silva fere a deontologia dos profissionais da revisão. Não há explicações para o ato ousado desse pacato e rigoroso corretor de textos alheios. Algo o impele a alterar a realidade à sua frente, o texto que por algum motivo não lhe convém.

Não sabemos por que não convém a Raimundo a narrativa do historiador sobre a retomada de Lisboa. Sabemos, no entanto, que no mesmo ano de 1147 foi retomada Santarém e que, com essas vitórias, a monarquia portuguesa alcança uma dupla façanha: diminui a pressão bélica moura sobre o interior da Península Ibérica e estende a soberania territorial do reino português face ao reino vizinho espanhol. E, sobretudo, quanto ao “não” propriamente dito, podemos dizer que Raimundo quer fazer desaparecer

¹ SARAMAGO, José. **História do cerco de Lisboa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 50.

da narrativa o auxílio dos cruzados, cavaleiros europeus cujo papel histórico tem sido visto como importante na contenção militar da presença árabe na península ibérica.

A ação de Raimundo Silva pode ser vista como uma alegoria sobre a construção dos mitos fundadores da identidade nacional e sobre construção do conhecimento histórico de maneira geral, para o qual contribuem elementos nacionais e elementos “exógenos”, mais ou menos idiossincráticos. A problematização do fato histórico, amplamente presente na ficção de Saramago, faz-nos pensar sobre o papel, por exemplo, do etnocentrismo historiográfico europeu. O criador de Raimundo sustenta que dar uma posição “à margem à Península Ibérica” na história europeia foi uma estratégia britânica para gerenciar sua política de equilíbrio europeu. Assim, “Saramago não faz mais do que assumir a exclusão dos excluídos. Exclusão que não é de eleição, de escolha, como em Inglaterra ou nos Estados Unidos da América, mas que por esse facto é uma abertura para a alteridade dos excluídos do Terceiro Mundo, para a mestiçagem, (...) Tal como os oprimidos e os marginais têm de entrar na História, que não é apenas a dos Grandes, do mesmo modo os países periféricos têm também, de se unir e de resistir ao peso da História.”² Daí, sim, os portugueses refazem sua história com Saramago, expulsando sozinhos os mouros e afirmando gloriosamente seu Reino no século XII.

O presente texto tem por objetivo indicar os contornos da historiografia brasileira produzida a partir de 1990 sobre as relações internacionais do Brasil – essa será a referência utilizada para nos referirmos aos trabalhos sobre a inserção do Brasil no mundo, assim como, mais especificamente, aqueles que tratam de sua política externa.³

² JÚDICE, Nuno. Paris. José Saramago: o romance no lugar de todas as rupturas, *Atelier du Roman*, n. 13, 1987-1989, (<http://www.instituto-camoes.pt/escritores/saramago/livrsndesassg.htm>).

³ Estão excluídos, portanto, trabalhos sobre História das Relações Internacionais com propósitos mais amplos, que não tratam de aspectos da história brasileira. Entre os trabalhos com escopo abrangente apenas citamos aqui, por ser uma excelente síntese feita no Brasil sobre a história das relações internacionais contemporâneas, SOMBRA SARAIVA, José F. **Relações internacionais contemporâneas**. Brasília: Paralelo 15, 1997, que teve nova edição, em 2001, publicada pelo Instituto Brasileira de Relações Internacionais (IBRI). Escrita de maneira acessível e instigante por quatro especialistas (Sombra Saraiva, Luiz Amado Cervo, Wolfgang

Qual a relação com os parágrafos acima? A referência ao texto de Saramago é feita principalmente pelo tema que suscita: as injunções da nacionalidade como fenômeno subjacente à construção do conhecimento histórico.

Não é ousadia afirmar que as tradições britânica, americana e francesa, por exemplo, do estudo da história das relações internacionais estão permeadas, de maneira mais ou menos consciente e explícita, por suas questões nacionais. Nesse sentido, é interessante mencionar Carr que lembra que Acton, ao organizar a primeira **Cambridge Modern History**, instruía seus colaboradores no sentido de que “nosso Waterloo deve ser tal que satisfaça franceses e ingleses, alemães e holandeses da mesma maneira; que ninguém possa dizer sem examinar a lista de autores, onde o bispo de Oxford parou de escrever e onde Fairbairn ou Gasquet, Libermann ou Harrison continuaram”.⁴ Obviamente a orientação de Acton não gerou o resultado buscado.

Assim, não é nosso propósito aqui falar longamente sobre aqui o campo extenso das abordagens epistemológicas, que vão do positivista mais empirista – “os fatos falam por si mesmos” –, ao reflexivismo – construtivismo e desconstrutivismo – qualquer interpretação é tão boa quanto outra. Esse, sem dúvida, é o terreno sobre o qual desenvolve-se qualquer reflexão historiográfica. No entanto, interessa aqui mais diretamente buscar a especificidade de uma dada produção nacional e, na medida do possível, ter como orientação a idéia expressada na seguinte afirmação de Carr: “Quando tentamos responder à pergunta ‘Que é história’ nossa resposta, consciente ou inconscientemente, reflete nossa própria posição no tempo, e faz parte da nossa resposta a uma pergunta mais ampla: que visão nós temos da sociedade em que vivemos?”⁵

Döpcke e Paulo Roberto de Almeida), a obra responde ao crescente número de cursos de relações internacionais em nível de graduação, principalmente, criados no Brasil nos últimos dez anos.

⁴ CARR, E. H. **Que é história?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 13.

⁵ *Ibid.*, p. 12.

Há uma razoavelmente prolífica reflexão sobre bibliografia das relações internacionais do Brasil, apontando suas qualidades, seus limites e caminhos s serem perseguidos pela pesquisa histórica (Bibliografia, 1). Esses trabalhos evidenciam a progressiva institucionalização e profissionalização da pesquisa e o abandono da tradicional história diplomática.⁶ Como em geral no resto do mundo, a história das relações internacionais foi, no Brasil, primeiramente escrita sobretudo por pessoas ligadas à burocracia governamental, sobretudo diplomatas que, de forma geral, tinham uma abordagem tendencialmente apologética, descritiva e jurisdicista. Progressivamente, e notoriamente nos últimos quarenta anos, essa abordagem foi substituída por uma visão acadêmica, independente e crítica, assumida por cientistas políticos e historiadores, notadamente.⁷

Para indicar os contornos da historiografia brasileira das quase duas últimas décadas sobre as relações internacionais do Brasil é importante mencionar critérios de inclusão e de exclusão utilizados neste estudo. Optou-se, por exemplo, por incluir somente a produção publicada, o que exclui, portanto, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Entre os periódicos brasileiros cabe destaque à **Revista brasileira de**

⁶ Frisamos aqui “tradicional”, posto que, como lembra Zara Steiner, a história diplomática mais recente tem se preocupado com a abertura da “caixa preta” que abriga as atividades dos Estado e dos governos. Além disso, vale repetir a afirmação provocadora da historiadora de que “[i]nternational history is a new field with an old pedigree”, referindo-se à história diplomática mais tradicional que, mesmo com especificidades metodológicas e limites com relação a fontes e escopo, tem a seu crédito pesquisas históricas de grande valor. STEINER, Zara. On Writing International History: Chaps, Maps and Much More, **International Affairs**, v. 73, n. 3, 1997, p. 531-546.

⁷ Paulo Roberto de Almeida e Gelson Fonseca apontam o fato de que o desaparecimento da “osmose” entre pesquisa e diplomacia, obviamente bem-vinda, não deixou de ter também um resultado menos desejado, qual seja, a pouca influência da produção historiográfica, acadêmica, na esfera prática diplomática. Ver: FONSECA JR., Gelson, 1981 e 1989, e ALMEIDA, Paulo Roberto, 1993. A produção realizada por profissionais da diplomacia existe em quantidade e qualidade significativa. Parte dessa produção resulta do interesse pessoal de alguns diplomatas pela pesquisa acadêmica e parte está ligada à necessidade de ascensão profissional. Os diplomatas brasileiros, para sua ascensão profissional, devem seguir o Curso de Altos Estudos, no final do qual, apresentam uma tese relativa a tema de interesse da diplomacia brasileira. Várias dessas teses foram e estão sendo publicadas.

política internacional, há cinquenta anos, o mais importante veículo de publicação de artigos sobre a história das relações internacionais.⁸

The main arguments of the present study are: (a) there is reasonable indication that the current debates taking place in the field of Theory of History do not have great repercussion in the field of History of International Relations in Brazil; (b) there is relative scarce preoccupation in discussing or rediscussing some paradigms of interpretation of Brazilian international relations.

1. History and History: the missing dialogue

A produção no campo da história das relações internacionais no Brasil mostra-se profícuo e promissor, o que, entre fatores, resulta de uma crescente sofisticação metodológica e do uso mais extensivo de fontes arquivísticas. Resulta, igualmente, do estímulo advindo da importância crescente que a instância internacional vem ocupando em todas as áreas de estudo das ciências humanas. E resulta, por fim, de uma postura pragmática dos historiadores das relações internacionais de continuar pesquisando, ainda que se reconheça as bases epistemológicas inseguras do campo, que de resto, é também fenômeno comum a todas as ciências humanas. Portanto, a seu favor, podemos afirmar que os historiadores brasileiros das relações internacionais não se deixaram paralisar por uma “hipocondria epistemológica”⁹ e continuam pragmaticamente pesquisando e produzindo trabalhos importantes.

⁸ Na lista de periódicos indexados na área de História pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC e, mais especificamente Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior - CAPES), não há nenhum periódico que se dedique exclusivamente à história de relações internacionais. Há, no entanto, pelo menos dois periódicos em que a área é mais freqüentemente contemplada: a referida **Revista brasileira de política internacional** e **Cena Internacional**, criada em 1999. A revista **Contexto internacional**, embora principalmente voltada para a política internacional, também deve ser citada. Além disso, vale mencionar que existem vários periódicos com nível de excelência (nacionais A) em que se encontram estudos importantes relativamente à epistemologia e à teoria da história, bem como à história do Brasil. Consultar: <http://qualis.capes.gov.br/>.

⁹ Gellner citado por HALLIDAY, Fred. The future of international relations: fears and hopes. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia eds.). **International Theory: Positivism & Beyond**. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1996, p. 320.

Ao se refletir sobre a produção historiográfica brasileira das relações internacionais nas duas últimas décadas, o livro de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, **História da política exterior do Brasil**, aparece como a grande obra de referência. A melhor síntese da história da política exterior do Brasil, publicada em 1992¹⁰, é fiel à metodologia proposta por Jean-Baptiste Duroselle, o contra-ponto, podemos dizer, da Escola dos Anais do âmbito da História das Relações Internacionais. Assim, ainda que ação estatal e as relações entre Estados tenham centralidade no estudo de Cervo e Bueno, os processos econômicos e as forças sociais são também incluídos.

Se existe uma produção elogiável tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, não afetada por uma “paralisia” epistemológica ou metodológica, há que se notar igualmente que a área da história das relações internacionais tem a seu desfavor uma certa impermeabilidade ao debate teórico e metodológico que acontece no campo da história e que têm repercussão junto à maioria dos historiadores brasileiros. Assim, as novas temáticas e as novas opções metodológicas não têm penetrado de maneira significativa na produção da história das relações internacionais.

Nos anos 1960, Carr declarava que “quanto mais sociológica a história se torna, e quanto mais histórica a sociologia se torna, tanto melhor para ambas”.¹¹ A sociologia tornou-se mais histórica e a história tornou-se mais sociológica. A história política reabilitou-se¹², após um período em que foi considerada ultrapassada pela interpretação econômica e social, ênfase da Escola dos Anais. Não é mais possível ignorar Foucault e o rastro que suas reflexões deixaram; tampouco se pode desconhecer as propostas da

¹⁰ CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992. A segunda edição foi publicada em 2002. Também deve ser mencionado CERVO, Amado L. (org.). **O desafio internacional**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 28. O que não torna nem o livro, nem seus autores de menor relevância. A obra reúne das melhores reflexões sobre as relações internacionais do Brasil, com o excelente capítulo introdutório de Cervo.

¹¹ CARR, E. H. , *op. cit.*, ???

¹² REMOND, René. **Por uma história política** (org). Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996. No livro há dois capítulos que interessam particularmente à história das relações internacionais. Um de Pierre Milza (Política interna e política externa) e outro de Jean-Pierre Azéma (A guerra).

história cultural, impregnada de preocupações antropológicas e em busca da interpretação do contexto, do significado inscrito pelos contemporâneos a uma dada experiência. Como Geertz indica, à história “interessa não a mera diferença entre o passado e o presente, mas a maneira como o passado se tornou presente, os processos sociais e culturais que os conectam”. Ou ainda, “[o] fato de que somente um [futuro] foi alcançado não prova que o presente estava implícito no passado, mas que na história, antes de acontecer, os eventos são possibilidades, e passam a ser certezas somente depois.”¹³

Aparecem, então, temas e metodologia que vão no sentido de analisar as representações, as percepções, as idéias, os movimentos da sociedade e das comunidades nacionais, a busca de identificar as forças mentais e suas manifestações, as formas com que os homens e as sociedades se interpretam e se identificam.¹⁴ Como essa perspectiva, de fazer história “de baixo para cima” pode dialogar com a produção de história das relações internacionais, em que o Estado não deixa de ter centralidade? Certamente, o que podemos chamar genericamente de *cultural turn* já está presente em vários trabalhos. Como reflexão organizada, menção há que ser feita ao estudo de Estevão Chaves de Rezende Martins, com o sugestivo título **Relações Internacionais: Cultura e Poder**.¹⁵ Nela o autor se vale de “um profundo fôlego interdisciplinar”¹⁶ e trata do poder das idéias que, em conjunto, são formadoras de uma cultura que, por sua vez, fornece um quadro de referências em que indivíduos e comunidades se encontram e definem seus objetivos e fins. O autor busca no conjunto das idéias partilhadas pela

¹³ GEERTZ, Clifford. **Observando o Islã**: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 68 e 70-71.

¹⁴ Ver a apresentação de Lynn Hunt ao livro que organiza, em que faz uma síntese dos principais momentos da trajetória da pesquisa histórica no século XX, passando pelos *Annals* até chegar as ideais centrais da nova história cultural. HUNT, Lynn. **A nova história cultural** 2. ed. São Paulo. Martins Fontes, 2001, p. 1-29.

¹⁵ MARTINS, Estevão C. de R. **Relações Internacionais: Cultura e Poder**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações internacionais/Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

¹⁶ *Ibid.*, 17.

sociedade o fator dinâmico que a move e a transforma. Entendo-se cultura como fator de transformação, posta está, portanto, sua necessária articulação com o exercício do poder, a relação entre o poder formal das instituições ao poder informal da cultura. Com as ferramentas centrais de idéia, cultura e poder, Martins reflete sobre as alterações e deslocamentos ocorridos na organização política e cultural da sociedade nas últimas duas décadas e as conseqüentes alterações nos conceitos de nação, democracia e identidade.

Com preocupações da mesma ordem, embora em estudo bastante menos extenso, Alexandra Mello e Silva, em “Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU”¹⁷, trata da importância de se avaliar o impacto das idéias na formulação da política externa brasileira e de se reconstruir as principais crenças e idéias presentes no discurso diplomático brasileiro, identificando as concepções sobre a natureza e a estrutura do sistema internacional, sobre o modo de inserção que teria o País no sistema internacional e sobre a identidade nacional e sua manifestação externa. A preocupação indicada pela autora é de se compreender as variáveis que, dentro e fora do Estado, informam a concepção de sua política externa, por exemplo. Seu diagnóstico é o de que a institucionalização tardia da pesquisa universitária fez com que esta tenda a privilegiar as dimensões normativas e prescritivas, sem dar a devida atenção à dimensão cognitiva da formulação da política externa brasileira contemporânea.

Dois trabalhos que privilegiam a dimensão das ideais e das representações merecem ser mencionados. O primeiro deles é o trabalho de Roberto Abdenur, “A política externa brasileira e o ‘sentimento de exclusão’”. O autor trata do impacto do que denomina “sentimento” ou “síndrome” de exclusão, segundo o autor, presente na cultura

¹⁷ MELLO E SILVA, Alexandra de. Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. **Revista brasileira de política internacional**, n. 2, 1998, Brasília, p. 138-158.

brasileira, e seu impacto na política externa do Brasil.¹⁸ Para Abdenur, essa tendência à auto-imagem negativa deitaria raízes em nossa formação cultural, constatada, por exemplo, na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Manifestação do mesmo fenômeno seria encontrada em "período muito recente de nossa história, [em que] assistimos a um recrudescimento das formas mais negativas de sentimentos autodepreciativos em relação ao Brasil. Em certo momento, o Brasil foi tomado por um verdadeiro 'fetichismo primeiro-mundista'".¹⁹ Assim, com o diagnóstico, Abdenur busca apontar algumas distorções que se tornaram lugar-comum sobre a posição do Brasil no mundo.

Outro trabalho, mais extenso, é o de Luís Cláudio Villafañe dos Santos, **O Brasil entre a Europa e a América: o Império e o interamericanismo**.²⁰ São numerosos os estudos sobre o interamericanismo no século XIX, que têm sido marcados pela abordagem jurídica ou histórica de cunho descritivo. Dentre eles, alguns tratam das posições do Império brasileiro com relação às iniciativas interamericanistas, de matriz bolivariana ou estadonudense. Assim, a novidade do trabalho de Santos é empreender um estudo que permita ao leitor compreender a persistente desconfiança da elite brasileira com relação aos encontros interamericanos ao longo de sete décadas de Império. Essa persistência é explicada pela natureza de legitimação do estado brasileiro que contrasta com a dos vizinhos. De fato, o princípio da legitimidade dinástica é o que dá sentido primordialmente à construção da identidade política da elite brasileira e é o que assegura a unidade do vasto território, sobretudo quando comparada à fragmentação vivida pelas ex-colônias espanholas vizinhos, que rompem com o Antigo regime e costumam

¹⁸ ABDENUR, Roberto. A política externa brasileira e o "sentimento de exclusão". In: FONSECA JR., Gelson & CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (org.). **Temas de política externa brasileira**, t. II, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 31-46.

¹⁹ *Ibid*, p. 34.

²⁰ SANTOS, Luís Cláudio V. G. **O Brasil entre a Europa e a América: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)**. São Paulo: Unesp. 2004. Originalmente, o estudo de Santos foi realizado no Programa de Pós-Graduação em História de Relações internacionais, na Universidade de Brasília: A Invenção do Brasil: o Império e o Interamericanismo: do Congresso do Panamá a Conferência de Washington. Tese de doutorado, 2002.

a apaziguar seus conflitos. Os brasileiros espelham-se na Europa, na cultura “civilizada”, distinta da de seus vizinhos “anárquicos”. “Se a idéia de civilização propagada pelas elites brasileiras era, estranhamente, compatível com a escravidão e a exclusão da maioria da população do corpo político da nação, a adoção do nacionalismo e da cidadania como fonte de legitimidade do estado era potencialmente explosiva em uma sociedade fracamente integrada regionalmente e com uma população composta em grande parte por escravos.”²¹

2. History of International Relations and History of Brasil: what they can learn together?

Salta aos olhos o fato de que o campo das relações internacionais, principalmente quando considerado em sua dimensão politológica²², estar fortemente marcado pelos debates, que são sempre “os grandes debates”: realismo *versus* idealismo, neo-realismo *versus* neo-realismo, positivismo *versus* contrutivismo. Em menor escala, os debates na área da história das relações internacionais também estão presentes. No entanto, como apropriadamente comenta David Sylvan, há que se perguntar sobre a natureza desses debates, uma vez que acredita que não se pode falar de debates reais e substantivos. Segundo o autor, “a revisão bibliográfica normalmente se [presta] mais a um subterfúgio para fugir ao debate, com longas notas de rodapé indicando ‘veja a obra tal, do autor tal’, sem, no entanto, realmente apontar as discordâncias com tal autor, o que se considera

²¹ SANTOS, Luís Cláudio V. G. **O Brasil entre a Europa e a América**, *op. cit.*, p. 28.

²² A área de relações internacionais, institucionalizada no Brasil até recentemente sobretudo como sub-área da Ciência Política, tem sido objeto de muita discussão entre os especialistas brasileiros, e provavelmente de redefinição. Os programa mais antigo de pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil, da Universidade de Brasília, tem 30 anos e foi sempre tendencialmente interdisciplinar. Atualmente, duas áreas concentram os interesses do programa, Política Internacional e Comparada e História das Relações internacionais, não sendo excluídas as pesquisas sobre economia política internacional e direito internacional público, particularmente no campo dos direitos humanos. Como resultado importante da reflexão interdisciplinar de Relações internacionais, vale citar a recente obra coletiva, organizada por SARAIVA, José F. S. **Foreign Policy and Political Regime**. Brasília: Instituto Brasiliense de Relações internacionais, 2003.

seus equívocos e a posição distinta pela qual se opta. A literatura crítica só aumentando a tendência ao não-debate em que os resultados têm se mostrado pouco promissores”.²³

No Brasil, como resultado da institucionalização e do adensamento relativamente tardio da pesquisa acadêmica na área de história das relações internacionais, e o aparecimento recente de pólos de produção na área, não se percebe ainda o surgimento de um debate claramente colocado entre teses interpretativas, ainda que a diversidade de interpretações obviamente exista. O que chama mais a atenção, no entanto, é a modesta interlocução entre os historiadores das relações internacionais no Brasil e seus pares que se dedicam mais diretamente com a história do Brasil. Sobre esse diálogo, interessa-nos apontar aqui algumas questões relativas a uma de suas vias: os prováveis benefícios para a história das relações internacionais de um contato mais freqüente com a história do Brasil, cujos desenvolvimentos certamente iluminariam as interpretações da história das relações internacional do Brasil.

A Revolução de Trinta, tem sido considerada um marco balizador da história brasileira do século XX, ao ser colocada como evento inaugurador de uma nova era, politicamente moderna e industrializante, resultou em uma desqualificação dos processos históricos imediatamente anteriores, fazendo com que história que a narra imprima uma significativa linearidade ao período da Primeira Republica, uma “Idade Media” brasileira, elucidando, por fim, relativamente pouco da complexidade do período 1889-1930²⁴.

Entendemos que, ao exagerar nas tintas, essa interpretação, claramente predominante, não deixou de contaminar as interpretações sobre a história da política

²³ SYLVAN, David, 2001, p. 1. SYLVAN, David. History and Theory in International Relations Research. Paper prepared for presentation at the Fourth Pan-European International Relations Conference of the Standing Group on International Relations, European Consortium for Political Research, Canterbury, 6-10 September 2001. (Draft)

²⁴ Em novembro de 1889, a monarquia brasileira, “planta exótica” no continente americano, é substituída por um governo republicano. De maneira geral, a periodiza-se a história do Brasil da seguinte maneira: Colônia (1500-1822), Império (1822-1889), Primeira República (1889-1930), República Nova ou Segunda República (1930 até os dias atuais).

externa brasileira no período, para ela projetando “vícios” da República café com leite. Assim, os paradigmas ornamentalidade/instrumentalidade utilizados para caracterizar o período anterior e posterior à Revolução de Trinta. O prestígio estaria identificado com a dimensão ornamental, enquanto a busca do desenvolvimento seria sinônimo de uma dimensão de instrumentalidade.²⁵

Tem sido realizada uma revisão da história da chamada política “café com leite” da “Republica Velha”, vista por muito tempo como pouco mais do que uma sucessão de oligarquias paulistas e mineiras na presidência da República. Muito pelo contrário, tem-se demonstrado que as alianças políticas do período foram marcadas por constantes alterações e permanente instabilidade. Obras particularmente iluminadoras sobre a questão são, em primeiro lugar, o já bastante conhecido e citado trabalho de Edgar De Decca, **O silêncio dos vencidos**²⁶, em que o autor faz uma reflexão historiográfica, mostrando, entre outros aspectos, que a periodização – o antes e o depois de 30 – engendra um discurso político e histórico que faz desaparecer atores e acontecimentos decisivos para a fundação do que se convencionou chamar de Revolução de Trinta. O trabalho de Cláudia Maria R. Viscardi, por sua vez, **O teatro das oligarquias: uma revisão da política "café com leite"**²⁷, realiza uma leitura inovadora sobre a Primeira República no Brasil, mostrando que a hegemonia das elites políticas de Minas Gerais e São Paulo esteve marcada por uma permanente instabilidade e a inexistência de alianças ou regras duradouras entre os dois

²⁵ JAGUARIBE, Hélio. Nacionalismo na atualidade brasileira. Rio de Janeiro: ISEB, 1958; LAFER, Celso. Uma interpretação do sistema de relações internacionais do Brasil. **Revista brasileira de política internacional**, set./dez. 1967, p. 81-100.

²⁶ DE DECCA, Edgar. **O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²⁷ VISCARDI, Cláudia Maria R. **O teatro das oligarquias: uma revisão da política "café com leite"**. Belo Horizonte: C/Arte, 2000.

estados. E, finalmente, os historiadores econômicos também têm contribuído para problematizar as interpretações sobre a história do Brasil do século XX.²⁸

Procuramos apontar tal fenômeno em trabalho recente, intitulado “Diplomacia e fiasco - repensando a participação brasileira na Liga das Nações”.²⁹ Nele mostramos que historiografia brasileira sobre a passagem do Brasil na Liga das Nações magnificou a idéia de “fiasco” ao estudar a participação do Brasil na Liga das Nações, resultado da atuação errática da diplomacia brasileira durante a campanha ao assento permanente na organização internacional, campanha cuja motivação era notoriamente doméstica.

De fato, os quatro anos do mandato presidencial de Artur Bernardes (1922-1926) coincidem com um período de forte crítica e abalo das bases de funcionamento da Primeira República, em que grandes fissuras aparecem no sistema político. É nesse momento, marcadamente autoritário, que o governo brasileiro concentrará esforços para obter um assento permanente no Conselho da Liga das Nações, fazendo, portanto, apelo à saída utilizada com freqüência por governos que fazem frente a graus acentuados de instabilidade: a busca de objetivos de política externa como artifício para apaziguar movimentos de oposição e desviar a atenção dos problemas de política interna.

Essas considerações, não autorizam, no entanto, a conclusão de que seu governo tenha monopolizado a responsabilidade pela crise de março de 1926 na Liga. Há que se enfocar problemas institucionais que a Liga apresentava, bem como o terreno das relações entre as potências européias, sobretudo França e Grã-Bretanha. Pode-se falar em fiasco, mas de um fiasco mais amplo, que tem a ver com a tentativa frustrada de criar, no período pós-Versalhes, uma nova ordem internacional, como bem indicado por Carr.

²⁸ Ver o excelente estudo de FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) **A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 31-79.

²⁹ BREDA DOS SANTOS, Norma. Diplomacia e fiasco - repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. **Revista brasileira de política internacional**, n. 2, 2003, (<http://www.relnet.com.br>).

A Liga das Nações foi a expressão por excelência dessa tentativa e de seu insucesso. No prefácio à primeira edição de **Vinte anos de crise**, publicada em 1939, pouco após a invasão da Polônia por Hitler, E. H. Carr escreve que a "próxima conferência de paz, se não quiser repetir o fiasco da última, terá de se preocupar com assuntos mais fundamentais do que o traçado de fronteiras".³⁰ Por que "fiasco"? Porque, para Carr, a Primeira Guerra Mundial havia sido a expressão da exaustão da ordem liberal – econômica e política – do século XIX e o Tratado de Versalhes produto da ilusão de que a continuidade daquela ordem seria possível. Princípios como o da autodeterminação nacional, do comércio livre e da segurança coletiva, tidos como supostamente absolutos, baseavam-se na idéia liberal de uma natural harmonia de interesses.³¹ A diplomacia do entreguerras, incluindo-se aí notoriamente a que se passava no âmbito da Liga das Nações, viveria ainda "vinte anos de crise" para dar lugar a um novo século.

Entendemos que a diplomacia de Mello Franco, Bernardes e Pacheco, com os seus muitos erros e poucos acertos, deve ser colocada em perspectiva, ou seja, deve ser pensada no contexto do "fiasco" da própria diplomacia internacional, dos "vinte anos de crise" ou de exaustão de uma ordem, cujos padrões, eram, em grande medida, os do século XIX, a cujos parâmetros a diplomacia brasileira obviamente não escapava.

Além disso, a idéia que prevalece na historiografia brasileira de que o Brasil na Liga das Nações identificado como um exercício e busca de prestígio está correta, mas deve ser colocada em perspectiva, uma vez que contrapõe o prestígio, ornamentalidade, à idéia de instrumentalidade, da diplomacia pós-Revolução de Trinta.

Primeiramente, a diplomacia brasileira daquele momento faz eco aos valores e padrões do começo do século XX que, como lembra Arno Mayer, está impregnada de

³⁰ CARR, E. H. **Vinte anos de crise**, 1919-1939. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora UnB/IPRI, 2001, p. xxxviii.

³¹ *Ibid.*, p. 21.

valores do século XIX. A noção de prestígio guia em boa medida a política européia, que irradia valores para o Novo Mundo. A diplomacia brasileira reflete essa realidade.

Conclusão

O episódio, no entanto, não pode ser entendido sem uma perspectiva que busque inseri-lo em um contexto mais amplo, que teria basicamente a ver com o relacionamento entre as principais potências européias e suas políticas em assuntos que diziam respeito à Liga, elementos decisivos para se ter uma visão mais equilibrada a propósito do imbróglio de março de 1926.

Bibliografia sobre a produção brasileira relativa às relações internacionais do Brasil e à política externa brasileira

- CERVO, Amado Luiz. A historiografia brasileira das relações internacionais, **Revista interamericana de bibliografia**, 1992, n. 3
- ALMEIDA, Paulo Roberto. Estudos de relações internacionais do Brasil: etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992. **Revista brasileira de política internacional**, n. 1, 1993, p. ??
- _____. Relações internacionais do Brasil: introdução metodológica a um estudo global, **Contexto internacional**, v. 13, n. 2, 1991, p. 161-185.
- BARROS, Alexandre. El estudio de las relaciones internacionales en Brasil. PERINA, Rubén M. (org.), El estudio de las relaciones internacionales en America Latina y el Caribe. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1985, p. 49-69.
- BREDA DOS SANTOS, Norma. A dimensão multilateral da política externa brasileira: o perfil da produção bibliográfica. **Revista brasileira de política internacional**, n. 2, 2002, p. 26-45.
- CAVALCANTE, Antonio Ricardo F.; GARCIA, Eugênio Vargas; AMORIM, Manuel Araújo & SOUZA, Regina Luna S. S. O pensamento brasileiro em política internacional (1961-1990). Brasília: Universidade de Brasília, agosto 1991, mimeo.
- CHEIBUB, Zairo B. Bibliografia brasileira de relações internacionais e política externa, 1930-1980. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981, mimeo.
- FONSECA JR., Gelson. Diplomacia e academia: um estudo sobre as análises acadêmicas sobre a política externa brasileira na década de 70 e sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica. Brasília: Instituto Rio Branco, Tese do Curso de Altos Estudos, 1981.
- _____. Estudos sobre política externa no Brasil: os tempos recentes (1950-1980). In: FONSECA JR., Gelson & CARNEIRO LEÃO, Valdemar (orgs.). **Temas de política externa brasileira**. Brasília/São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão/Ática, 1989, p. 275-283.

GARROT, Emmanuel. Un regard sur l'historiographie de la politique extérieure brésilienne au Xxe siècle. In: ROLLAND, Denis; SOMBRA SARAIVA, José Flávio & CERVO, Amado Luiz (orgs.) **Le Brésil et le monde. Pour une histoire des relations internationales des puissances émergentes**. Paris: L'Harmattan, p. 229-324.

LIMA, Maria Regina Soares de & CHEIBUB, Zairo Borges. Relações internacionais e política externa brasileira: debate intelectual e produção acadêmica. Rio de Janeiro: MRE/IUPERJ, 1983, mimeo.

MELLO E SILVA, Alexandra de. Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU, **Revista brasileira de política internacional**, 1998, n. 2, p. 139-158.